



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Comissão de Acompanhamento para os
Assuntos das Finanças Públicas

Relatório n.º 1/V/2015

Assunto: Acompanhamento da situação de alguns serviços públicos, quanto à execução orçamental em 2013, ao aumento da despesa orçamentada para 2105 e ao alargamento do número de trabalhadores a contratar em 2015.

I – INTRODUÇÃO

1. A Comissão de Acompanhamento para os Assuntos das Finanças Públicas (Comissão) foi criada nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n.º 1/1999 e alterado pelas Resoluções n.ºs 1/2004, 2/2009 e 1/2013.

2. A Comissão aprovou, no dia 19 de Fevereiro de 2014, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º e no artigo 88.º do Regimento da Assembleia Legislativa, as regras relativas ao seu funcionamento e desenvolvimento dos seus trabalhos - as Regras de Funcionamento da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos das Finanças Públicas (doravante “Regras de Funcionamento”), constantes do Anexo da sua Deliberação n.º 1/2014.

3. O n.º 1 do artigo 9.º das Regras de Funcionamento estipula que “[a] Comissão deve elaborar um relatório ou parecer quando termine o acompanhamento de um assunto, podendo propor medidas consideradas adequadas à matéria em análise”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

4. Tendo concluído os trabalhos de acompanhamento da situação de alguns serviços públicos no que se refere à execução orçamental em 2013, à despesa orçamentada para 2105 e ao número de trabalhadores a contratar em 2015, a Comissão apresenta este relatório.

II – CONTEXTO DOS ASSUNTOS OBJECTO DE ACOMPANHAMENTO

5. O empolamento da estrutura da máquina administrativa pública tem vindo a ser alvo da atenção da sociedade, mantendo-se um problema por resolver. O número de diversos tipos de serviços públicos e organismos tem vindo a aumentar¹ - nomeadamente, organismos consultivos, equipas de projectos, fundos, entre outros-, facto que tem levado ao alargamento significativo do número de funcionários públicos². Trata-se, pois, de uma questão importante que deve ser resolvida, em prol da reforma da Administração Pública do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (doravante “RAEM”).

6. A despesa com o pessoal do Governo aumentou de 2 870 000 000 de patacas, em 2003, para 13 350 000 000 de patacas, em 2013³, o que levou ao aumento considerável da respectiva despesa orçamental e que, a longo prazo, vai constituir uma pressão para os cofres públicos.

¹ “O actual número de comissões e conselhos do Governo está a aumentar, tal como, por exemplo, a Comissão de desenvolvimento de talentos, o Conselho do planeamento urbanístico, o Conselho do património cultural, etc.”, Sou Man Ian, “Sobreposição da estrutura dos funcionários – baixa eficácia”, in Jornal “Si Man”, de 27 de Abril de 2014; “Só os organismos consultivos, equipas de projectos e fundos, ou seja, organismos administrativos indirectos do Governo, perfazem um total de 73 (...). Existem 6 conselhos consultivos sob tutela do Chefe do Executivo, e 36 comissões sob tutela dos 5 Secretários; existe um total de 13 “gabinetes/equipas de projectos”, tais como, o Gabinete Coordenador de Segurança, a Comissão do Grande Prémio de Macau, etc.; e existem 18 fundos”, Chan Kun Sang, “Pontos fulcrais e dificuldades da reforma da estrutura administrativa do Governo”, in Jornal “San Wa Ou”, de 29 de Maio de 2013.

² Segundo a revista “Recursos Humanos da Administração Pública da RAEM 2000”, da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, bem como o “Resumo do Orçamento da RAEM – Ano Económico 2015” (Dados suplementares) - documento disponibilizado pelo Governo -, o número de funcionários públicos de Macau aumentou de 17 mil, no início do retorno à Pátria, para 32 mil, em finais de 2014.

³ “Anuário estatístico de 2013”, p. 369, disponível na página electrónica da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Tong
Kui
N.
J.
J.
J.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

7. No programa eleitoral de Chui Sai On, identifica-se, como uma das políticas fundamentais, a “*racionalização dos quadros e simplificação administrativa*”, “*para fazer face aos inúmeros serviços e organismos, à sobreposição de funções, aos complexos procedimentos administrativos, ao baixo empenho administrativo, etc., com o desejo de, através da simplificação dos organismos e do pessoal, maximizar as funções dos serviços, reduzir os procedimentos administrativos, e elevar a eficácia do Governo, em prol do atingir uma melhor governação*”⁴. Pode, pois, constatar-se que o novo governo pretende envidar todos os seus esforços (e com determinação) para resolver o conjunto de problemas acima referidos.

8. No entanto, segundo os dados complementares que acompanharam a (então proposta de) Lei de orçamento de 2015, facultados pelo Governo à Assembleia Legislativa, este vai contratar, em 2015, mais 2 224 trabalhadores⁵; ou seja, vai mais uma vez alargar a equipa dos funcionários públicos, prevendo-se que, até finais do corrente ano, o seu número total atinja os 35 015 trabalhadores⁶.

9. Segundo as informações acima referidas, os serviços públicos onde se registará um maior aumento de trabalhadores são: (1) os **Serviços de Saúde** – 544 trabalhadores; (2) a **Direcção dos Serviços das Forças de Segurança** – 501 trabalhadores; e, (3) o **Instituto Cultural** – 184 trabalhadores. Este aumento significativo do número de trabalhadores parece, pois, divergir da política fundamental apresentada pelo Governo para a sua acção governativa. Face a isto, e consequentemente, a sociedade questiona a determinação do Governo na concretização da sua política de “*racionalização dos quadros e*

⁴Citado no “*Macao Daily News*”, de 27 de Agosto de 2014, p. F04.

⁵ Segundo as informações constantes da página 57 do “Resumo do Orçamento da RAEM – Ano Económico 2015 (Dados Suplementares)”, do Governo, prevê-se que o número de trabalhadores por ingresso e contratados, em 2015, seja de 2 581 trabalhadores; de entre estes, 2 173 trabalhadores serão contratados pelos próprios serviços e 408 serão contratados através do recrutamento centralizado; além disso 357 trabalhadores cessarão funções. Assim sendo, na realidade, haverá apenas um aumento de 2 224 trabalhadores, prevendo-se que o número total de trabalhadores atinja os 35 015, até ao final de 2015.

⁶ “Resumo do Orçamento da RAEM – Ano Económico 2015 (Dados Suplementares)”, disponibilizado pelo Governo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

simplificação administrativa”.

10. Para além disso, após a análise das informações relativas à execução orçamental do ano económico de 2013⁷, a Comissão detectou que alguns serviços públicos, cuja taxa de execução orçamental é baixa, continuam a exigir, de ano para ano, orçamentos mais elevados, mormente no que se refere a 2015⁸.

11. Segundo os respectivos dados estatísticos, os serviços públicos com baixa taxa de execução, em 2013, e que despertaram mais atenção são: (1) o **Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**, cuja taxa de execução orçamental foi de 43,1%, em 2013, e de 19% até Agosto de 2014, registando-se um aumento de 38,4% da despesa orçamentada para 2015 (em comparação com o ano de 2014); (2) o **Instituto Cultural**, cuja taxa de execução orçamental foi de 70%, em 2013, e de 48,8% até Agosto de 2014, verificando-se um aumento de 20,7% da despesa orçamentada para 2015 (em comparação com 2014); (3) a **Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental**, cuja taxa de execução orçamental foi de 72,7%, em 2013, e de 44,3% até Agosto de 2014, registando-se um aumento de cerca de 54,8% da despesa orçamentada para 2015 (em comparação com 2014).

12. A Comissão preocupa-se que a baixa taxa de execução orçamental prejudique a conclusão de diversas construções e obras em instalações, facto que influenciará a vida da população. A Comissão está, pois, muito atenta quanto à utilização racional e adequada dos recursos financeiros públicos.

13. Por forma a conhecer e a compreender as razões do empolamento da equipa de

⁷ “Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2013”, disponibilizado pelo Governo.

⁸ “Resumo do Orçamento da RAEM – Ano Económico 2015 (Dados Suplementares)”, disponibilizado pelo do Governo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

funcionários dos serviços públicos acima referidas, bem como a apurar as causas do aumento significativo do orçamento, a Comissão reuniu-se no dia 13 de Janeiro de 2015, com a presença do Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac, da Directora dos Serviços de Finanças, Vitória Alice Maria da Conceição, do Director substituto dos Serviços de Protecção Ambiental, Vai Hoi Ieong, de um membro do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, Chan Wan Hei, do Presidente do Instituto Cultural, Ung Vai Meng, do Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion, do Director dos Serviços das Forças de Segurança, Pun Su Peng, entre outros.

14. A reunião foi dividida em duas partes. Na primeira, procedeu-se principalmente à discussão sobre a baixa taxa de execução orçamental em 2013 e sobre a despesa orçamental de 2015; na segunda, procedeu-se à discussão da questão da contratação de pessoal por parte dos serviços públicos acima mencionados, em 2015. A Comissão procedeu à discussão e à troca de opiniões com os representantes do Governo sobre os temas acima referidos, nos termos que de seguida se desenvolvem.

III – PRINCIPAIS ASSUNTOS OBJECTO DE ACOMPANHAMENTO

1. Acompanhamento da questão da taxa de execução orçamental em 2013 e do aumento da despesa orçamental em 2015

(1) Apresentação e esclarecimentos do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia

15. Os representantes do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia (doravante “FDCT”) afirmaram que este dispõe, anualmente, de 200 000 000



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de patacas para despesas de funcionamento, sendo que o valor da despesa efectiva é concedido, de forma equitativa, no ano seguinte, pela Fundação Macau e pela Direcção dos Serviços de Finanças. Explicando, o FDCT prevê, anualmente, um orçamento de valor máximo de 200 000 000 de patacas para gastos de funcionamento, sendo que a despesa efectivamente a realizar está dependente, por um lado, da apresentação de pedidos pelas entidades relevantes (incluindo o montante naqueles solicitado), e, por outro lado, da apreciação e da autorização destes pedidos.

16. O FDCT indicou que a taxa de execução orçamental de 2013 foi de 41,83% e que a taxa de execução relativa às despesas de funcionamento foi de 70,26%; bem como que a taxa de execução orçamental, em 2014, foi de 42,32% e que a taxa de execução de despesas de funcionamento foi de 84,23% (*vide* Anexo I⁹).

17. Face ao exposto, a Comissão solicitou ao FDCT que fundamentasse o facto de a taxa de execução orçamental se situar apenas nos 40%, assim como indicasse a razão para, em Julho de 2014, se ter registado uma redução da taxa de execução (*vide* Anexo II¹⁰).

18. Segundo os representantes do FDCT, esta diminuição da taxa de execução deveu-se ao facto deste fundo ter pedido, em Julho de 2014, mais uma vez, uma dotação única de 200 000 000 de patacas à Fundação Macau, com o objectivo de disponibilizar um plano de apoio financeiro especial - concedido de uma só vez - às instituições de ensino superior e às escolas primárias e secundárias. Assim sendo, o orçamento inicial de 200 000 000 de patacas passou a ser de 400 000 000 de patacas.

19. Seguidamente, em relação à taxa de execução orçamental do FDCT, os referidos

⁹ Anexo I – documento facultado à Comissão pelo FDCT, contendo dados relativos à execução orçamental.

¹⁰ Anexo II – documento facultado à Comissão pelo FDCT, contendo dados relativos à execução orçamental mensal de 2014.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

V

28/1

W

Ky

唐

W

^.

representantes sublinharam a necessidade de se analisar o orçamento sob duas perspectivas. Assim, se não se considerar a dotação extra de 200 000 000 de patacas para o plano de apoio especial acima referido, a taxa de execução orçamental de 2014 foi de 71,59%; mas se se atender àqueles 200 000 000 de patacas, então, a taxa de execução orçamental de 2014 passa a ser de 42,32% (*vide* Anexo III¹¹).

20. Para além disso, os representantes do FDCT indicaram a razão para a taxa de execução de Dezembro de 2014 ser o dobro da taxa de execução registada em Novembro: esta diferença funda-se no facto dos projectos alvo de apoio financeiro durarem, normalmente, 1 a 3 anos, sendo que a sua não conclusão, no prazo definido, carece da apresentação, ao FDCT, de um relatório anual. Após a apresentação deste relatório pela entidade que obteve apoio financeiro, o FDCT concede novo apoio financeiro tendo em conta o ponto da execução do projecto, conforme descrito naquele relatório. Contudo, como Dezembro é o mês em que, normalmente, são feitas liquidações, quase todas as entidades apresentam, ao mesmo tempo, os seus relatórios anuais em Dezembro. Daí que a taxa de execução registada antes de Dezembro é, normalmente, mais baixa, verificando-se um aumento significativo naquele mês.

Opiniões dos Deputados:

21. Alguns Deputados indicaram considerar que a taxa de execução orçamental do FDCT, em 2013, foi reduzida. O FDCT explicou que, se se comparar os dados relativos a 2013 e os relativos aos anos anteriores (*vide* Anexo IV¹²), pode constatar-se que as taxas

¹¹ Anexo III – documento facultado à Comissão pelo FDCT, contendo dados relativos à execução orçamental mensal, apresentando as duas perspectivas distintas assinaladas.

¹² Anexo IV – documento facultado à Comissão pelo FDCT, contendo a comparação da taxa de execução orçamental mensal de 2010 a 2014.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de execução orçamental daqueles anos são quase semelhantes - ou seja, a taxa de execução de 2013 não registou, na realidade, uma redução significativa. Diferentemente, segundo os dados estatísticos constantes do referido Anexo IV, e comparando 2010, 2011, 2012 e 2013, verifica-se, em 2012, uma taxa de execução relativamente mais elevada.

22. O FDCT explicou que taxa de execução mais elevada em 2012 se deveu ao facto de não ter sido possível efectuar alguns pagamentos que deviam ter sido feitos em 2011, devido ao atraso na apresentação de relatórios anuais por parte de algumas escolas. Assim sendo, o pagamento do montante a conceder, como apoio financeiro, foi adiado para 2012, o que determinou o aumento da taxa de execução orçamental desse ano.

23. Alguns Deputados indicaram considerar que o peso com os gastos com o pessoal e a administração é demasiado elevado e que, em proporção, o montante com o apoio financeiro efectivamente atribuído às entidades é reduzido; tendo, ainda, tecido críticas ao FDCT por este não ter conseguido aproveitar suficientemente os seus recursos. Quanto a este aspecto, os Deputados registaram a explicação apresentada pelos membros do FDCT no sentido de não terem sido muitas as entidades a pedirem apoio, sendo que os pedidos apresentados por estas têm de ser sujeitos a um rigoroso procedimento de apreciação e aprovação. No entanto, os Deputados entendem que a manutenção da taxa de execução, durante muito tempo, entre os 40% a 50% demonstra uma atitude passiva deste fundo. Assim sendo, os deputados propuseram ao FDCT que transmitisse esta situação ao seu Conselho de Curadores, para que este efectue estudos com vista à resolução da mesma.

24. Alguns Deputados entendem ainda que a utilização dos recursos pelo FDCT



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

deve ser ponderada tendo em conta a política geral económica de Macau, não devendo pensar-se que, havendo, neste momento, saldo positivo, se deve conceder todos os pedidos feitos. Deve, pois, atender-se ao facto de as receitas financeiras do Governo poderem vir a não aumentar anualmente (de forma constante e para sempre), sendo que, aliás, pode vir a registar-se, no futuro, um abrandamento ou redução das mesmas. Assim sendo, há que gerir as despesas financeiras com uma atitude prudente. Ao mesmo tempo, o apoio financeiro a conceder ao FDCT deve estar em harmonia com o objectivo fulcral do desenvolvimento económico e o rumo assumido para a política financeira

(2) Apresentação e esclarecimentos pelo Instituto Cultural

25. Os representantes do Instituto Cultural apresentaram a razão de ser para a sua baixa taxa de execução orçamental; afirmando que, tendo em conta que nos últimos anos foram realizadas diversas actividades de grande envergadura (incluindo desfiles, entre outros) o Instituto conseguiu obter, em 2012, cerca de 100 trabalhadores através do recrutamento centralizado. Para a respectiva contratação foi, então, cativada uma verba de 20 000 000 de patacas. No entanto, em 2012, não se verificou, na prática, a entrada de nenhum trabalhador, por conseguinte, a contratação destes cerca de 100 trabalhadores transitou para 2013. Assim, na despesa orçamental de 2013, estava previsto aquele montante de 20 000 000 de patacas. Contudo, mais uma vez, em 2013, como não foi possível concretizar a contratação destes trabalhadores, a verba orçamentada para o efeito não foi utilizada até finais desse ano.

26. Segundo os representantes do Instituto Cultural, a taxa efectiva de execução orçamental em 2013, após dedução da dotação para a contratação de trabalhadores



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

através do recrutamento centralizado, foi de 74,89%; já em 2014, a taxa efectiva de execução orçamental, e após dedução da dotação para a contratação de trabalhadores através do recrutamento centralizado, foi de 89,03%. (vide Anexo V¹³)

27. Alguns Deputados solicitaram, ainda, que fosse indicada a razão para a taxa de execução orçamental se situar, até Agosto de 2014, apenas na ordem dos 48,8%. Segundo os representantes do Instituto Cultural, este facto deveu-se aos múltiplos projectos de grande dimensão que arrancaram apenas no fim do ano, pelo que havia verbas cativadas que não foram utilizadas até em Agosto. Daí que a taxa de execução orçamental até àquele mês não reflecte a situação da execução orçamental anual.

28. Quanto ao aumento da despesa orçamental, consta-se que o orçamento autorizado, em 2015, do Instituto Cultural é de mais de 410 000 000 de patacas, correspondendo a um aumento de 20,69%, quando comparado com o orçamento autorizado para 2014 (que foi de mais de 344 000 000 de patacas). A Comissão solicitou explicações para este aumento.

29. Segundo os representantes do Instituto Cultural, as razões principais do aumento da despesa orçamental cabimentada para 2015 foram:

30. A cativação de verbas para o pessoal a contratar através do recrutamento centralizado: tendo em conta que o número acumulado de trabalhadores a contratar através do recrutamento centralizado, entre 2012 e 2015, é de 108 trabalhadores, bem como que o número de trabalhadores a recrutar directamente pelo Instituto Cultural é de 76, tornou-se necessário cativar verbas para o efeito.

¹³ Anexo V – documento facultado à Comissão pelo Instituto Cultural, contendo dados relativos à execução orçamental de 2013 e 2014.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

31. A integração das atribuições e competências culturais do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (doravante “IACM”): desde finais de 2013, o Governo da RAEM tem vindo a envidar todos os seus esforços para desenvolver a reestruturação das funções culturais. Assim, em 2015, um número significativo de instalações culturais e 257 trabalhadores, originalmente pertencentes ao IACM, serão incorporados no Instituto Cultural. Segundo os representantes deste Instituto, e no que se refere aos trabalhadores, trata-se da maior incorporação de pessoal desde o estabelecimento da RAEM; isto representa um grande desafio para o funcionamento do Instituto Cultural, visto que esta incorporação de pessoal implica o aumento dos gastos com diversos apoios complementares, como seja as despesas correntes respeitantes ao apoio administrativo, às instalações e equipamentos; despesas estas que passam ser suportadas pelo Instituto Cultural.

32. Cancelamento do recurso, para efeitos de financiamento de projectos, ao Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (doravante “PIDDA”): por instruções da Direcção dos Serviços de Finanças, a partir de 2015, apenas pode recorrer-se ao orçamento do PIDDA para obras com preço global superior a 5 000 000 de patacas ou para aquisições de equipamentos com valor de adjudicação individual superior a 1 000 000 de patacas. Como é difícil satisfazer estes requisitos, o Instituto Cultural, a partir de 2015, não vai recorrer ao orçamento do PIDDA. Os projectos de obras ou aquisições originalmente suportados pelo PIDDA passarão a ser suportados pelo orçamento de funcionamento do Instituto Cultural, cujo valor perfaz um total de 25 000 000 de patacas¹⁴.

¹⁴ Estes projectos incluem: obras de melhoramento da sede e de outros locais de trabalho do Instituto Cultural, obras de melhoramento do edifício do Conservatório, e obras de substituição dos aparelhos de ar condicionado da Biblioteca



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

33. A entrada em funcionamento de várias instalações culturais do Instituto Cultural: em 2015, além das 32 instalações transferidas do IACM, o Instituto Cultural conta ainda com a entrada em funcionamento de um conjunto de instalações culturais novas, como sejam, a Biblioteca da Taipa, a Escola Jao Tsung-I, a Associação de Carpintaria de Macau (Museu de Carpintaria Lu Ban), o Cinema de Arte da Travessa da Paixão, o Museu de Anúncio das Horas do Patane, o Teatro Temporário de Caixa Preta no edifício antigo do Tribunal e a Associação Hó Sông I Tóng (1.ª fase).

34. A actualização do índice de vencimentos da Função Pública: a partir de Janeiro de 2015, o índice de vencimentos da Função Pública passou de 74 para 79 patacas, representando um aumento de 6,76%.

35. A inflação geral: aquando da cativação de verbas, é necessário considerar a taxa de inflação média (entre 6% e 10%).

Opiniões dos Deputados:

36. Alguns Deputados apontaram que as carências de pessoal do Instituto Cultural podem ser supridas, até certo ponto, pela já referida transferência de 257 trabalhadores do IACM. Assim sendo, questionaram se não se deve reavaliar as necessidades de contratação de trabalhadores pelo Instituto Cultural. Foi, então, proposto que este Instituto reponderasse o seu plano de contratação de trabalhadores; e que, a este respeito, fosse adoptada uma postura pragmática, na medida em que deve ser possível racionalizar os recursos humanos disponíveis e elevar a eficácia administrativa (através de novas ideias e de um esforço acrescido), em articulação com as políticas do Governo. De uma forma

Sir Robert Ho Tung.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

global, a referida transferência de pessoal do IACM explica o aumento do número de trabalhadores do Instituto Cultural. Os Deputados consideraram este esclarecimento, até certa medida, aceitável; lamentando, contudo, o facto de se tratar de uma justificação apresentada tardiamente.

37. Alguns Deputados colocaram questões quanto à explicação apresentada pelos representantes do Instituto Cultural no que se refere ao facto deste Instituto, a partir de 2015, não recorrer ao orçamento do PIDDA. Em particular, estes Deputados pretenderam clarificar se esta indicação queria dizer que, daqui em diante, deixam de existir projectos financiados pelo orçamento do PIDDA; ou se o recurso a este orçamento vai depender do montante envolvido (ou de uma proporção deste) em cada projecto. Segundo a explicação dos representantes do Instituto Cultural, o que se verifica é que o custo das obras e dos projectos de aquisição deste Instituto não atingirá os valores mínimos exigidos para o recurso ao orçamento do PIDDA, razão pela não se recorrerá a este orçamento.

38. Alguns Deputados afirmaram que, sem que os projectos sejam financiados pelo orçamento do PIDDA, as despesas com obras que, originalmente, eram sustentadas por aquele orçamento vão ser transferidas para o orçamento de funcionamento do Instituto Cultural; sendo que estes Deputados transmitiram a sua preocupação no sentido de que, deste modo, e quanto a obras complementares e adiamentos, não é possível ter uma noção da situação real. Face ao exposto, os representantes do Instituto Cultural indicaram, de forma franca, que foi desenvolvida, a nível interno, uma discussão sobre a possibilidade de, em 2016, se recorrer novamente ao orçamento do PIDDA, estando esta questão ainda a ser ponderada.

V
2
18
P
W
K
J
A



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(3) Apresentação e esclarecimentos da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental

39. Segundo a explicação dos representantes da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (doravante “DSPA”), o respectivo orçamento aprovado para 2013 foi de 195 831 700 de patacas, tendo a despesa efectivamente realizada sido de 142 314 200,51 de patacas; sendo a taxa de execução de 72,7%. A análise de cada um destes aspectos encontra-se exposta de seguida:

40. A taxa de execução da despesa relativa ao “Pessoal” foi de 82,2% do orçamento aprovado (no valor de 102 469 300 de patacas), tendo a despesa efectivamente realizada sido de 88 269 714,20 de patacas. Uma vez que os trabalhadores provenientes do recrutamento centralizado ainda não foram contratados, a despesa com pessoal foi menor do que o inicialmente previsto.

41. A taxa de execução relativa aos “Bens e serviços” foi de 64,5% do orçamento aprovado (no valor de 70 881 800 de patacas) tendo a despesa efectivamente realizada sido de 45 690 942,81 de patacas. A despesa com a divulgação, sensibilização e educação, bem como as despesas com vários estudos ambientais, consultadoria, trabalhos de tradução e realização de seminários foram inferiores ao inicialmente previsto; para além disso, alguns serviços de arborização e plantação não se iniciaram na Primavera de 2013, tendo sido realizados apenas em 2014, pelo que as respectivas despesas foram igualmente inferiores ao inicialmente previsto.

42. A taxa de execução relativa às “Transferências correntes” foi de 41% do orçamento aprovado (no valor de 580 000 patacas), tendo a despesa efectivamente realizada sido de 238 500 patacas. As despesas no contexto das “Transferências correntes”

Fong
Kui
Nig
J
J
J



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

foram principalmente utilizadas no apoio às actividades relacionadas com a área ambiental, realizadas pelos organismos e escolas; ora, como os pedidos de financiamento foram inferiores ao que se projectou, a despesa foi relativamente mais baixa.

43. A taxa de execução relativa às “Outras despesas correntes” foi de 49% e os respectivos gastos foram sobretudo com o pagamento dos seguros dos trabalhadores e veículos, assim como com a contribuição para a segurança social. Uma vez que a aquisição inicialmente prevista de 4 veículos foi adiada para 2014, a despesa com os respectivos seguros foi relativamente menor ao estimado. Além disso, em virtude do número dos trabalhadores contratados ter sido também inferior ao projectado, o encargo a ser suportado com a contribuição para a segurança social foi, do mesmo modo, relativamente menor.

44. A taxa de execução relativa ao “Investimento” foi de 55,4%, tendo a despesa sido feita com a aquisição do direito de utilização de *software*, de equipamentos de monitorização ambiental e dos seus componentes, de sistemas electrónicos de alarme para portas, de mobílias de escritório, entre outros. Além disso, uma vez que as obras de remodelação das instalações da nova sede da DSPA, sita na Estrada de D. Maria II, não terem sido concluídas em 2013, conforme o plano estabelecido, o encargo de uma parte da respectiva despesa passou a ser suportado pelo orçamento de 2014.

45. O orçamento aprovado para o PIDDA da DSPA, em 2013, foi de 880 407 800 patacas, tendo a despesa efectivamente realizada sido de 506 871 087,37 patacas, traduzindo-se numa taxa de execução de 57,6%.

46. Segundo a explicação da DSPA, a razão do PIDDA ter apresentado, em 2013, uma taxa de execução de apenas 57,6% reside, principalmente, na complexidade da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

construção e modernização das infra-estruturas ambientais, bem como no tempo necessário para a concepção e elaboração da proposta de adjudicação (o qual foi mais longo do que o previsto). Estes factos levaram a que as obras não tenham sido executadas nos prazos inicialmente estabelecidos; atraso este que implicou a não utilização de um montante de cerca de 266 140 000 patacas do orçamento do PIDDA. As infra-estruturas em causa, neste contexto, são:

- (i) Modernização da antiga unidade da Central de incineração de resíduos;
- (ii) Construção da Estação de Águas Recicladas em Coloane;
- (iii) Construção das instalações para recolha e reciclagem de lâmpadas fluorescentes e pilhas usadas;
- (iv) Obras de modernização da Estação de tratamento de águas residuais da Península de Macau.

47. Quanto à questão do aumento da despesa, o orçamento de funcionamento da DSPA, em 2015, é de 332 029 700 patacas, pelo que, em comparação com o orçamento inicial de 2014 (no valor de 214 504 900 patacas), verifica-se um aumento de 54,8%. Este aumento deve-se, principalmente, a gastos com o pessoal e com vários projectos de estudo, monitorização de instalações e serviços operacionais, no âmbito das despesas relativas a “Bens e serviços”.

48. Segundo a explicação dos representantes da DSPA, a despesa orçamental com pessoal é de 145 473 000 patacas, registando-se um aumento de 31 956 000 patacas em relação ao orçamento inicial de 2014, bem como um aumento de 72% em comparação com a despesa efectivamente realizada em 2013. Foi feita nota também de que a DSPA foi criada há mais de 5 anos e que o número de trabalhadores aumentou, em finais de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

2014, de mais de 50 para 233; destes, 156 é pessoal técnico e o restante pessoal administrativo.

49. Verifica-se a necessidade de contratar um número significativo de pessoal técnico, nomeadamente tendo em vista o acompanhamento da aplicação de leis (como seja, a Lei n.º 8/2014, que estabelece o regime de prevenção e controlo do ruído ambiental); pelo que importa promover esta contratação de mais trabalhadores, de modo a, por um lado, desenvolver estas funções, e, por outro lado, a desenvolver as demais actividades relevantes na área ambiental.

50. A verba orçamental relativa aos “Bens e serviços” é de 168 824 700 patacas, registando-se um aumento de 90 204 800 patacas face ao orçamento de 2014. Este crescimento deve-se, principalmente, ao aumento das despesas no âmbito de serviços, incluindo diversos projectos de estudo e serviços de monitorização de instalações. No passado, a DSPA integrou este tipo de despesas no orçamento do PIDDA; mas, com o objectivo de haver uma articulação com os novos critérios relativos ao recurso a este orçamento a partir de 2015, o encargo com este tipo de despesas passará a ser suportado pelo orçamento de funcionamento da DSPA.

51. O orçamento do PIDDA de 2015 é maior do que o de 2013, na medida em que, em 2015, está planeada construção de novas infra-estruturas ambientais e de projectos de modernização (ver em baixo), tendo sido, assim, necessário efectuar a reserva de uma verba orçamental de cerca de 311 000 000 de patacas. Os projectos em causa são:

- (i) Construção do sistema de embalagem de cinzas volantes solidificadas;
- (ii) Construção das instalações de selecção de materiais inertes resultantes de demolição;



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- (iii) Obras de modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais do Parque Industrial Transfronteiriço;
- (iv) Obras nas instalações de recepção de resíduos de gorduras, óleos alimentares e águas residuais, sob sugestão da Estação de Tratamento de Águas Residuais do Aeroporto Internacional.

Opiniões dos Deputados:

52. No seguimento das explicações apresentadas, alguns Deputados concluíram que a baixa taxa de execução orçamental das quatro obras incluídas no orçamento do PIDDA de 2013 se deveu a diversas dificuldades e limitações da capacidade técnico-profissional dos trabalhadores da DSPA, que implicaram o recurso ao apoio dos serviços com competências na área das obras públicas; tendo todos estes factores conduzido a um atraso na execução daquelas obras. Os Deputados entendem que o Governo deve apresentar ao público, o quanto antes, as razões que levaram ao atraso nas referidas obras. Adicionalmente, os Deputados questionaram os representantes da DSPA se houve um reforço orçamental devido ao já referido atraso das obras financiadas pelo orçamento do PIDDA. Quanto a esta questão, o Governo afirmou que vai preparar as informações solicitadas, que serão posteriormente apresentadas à Assembleia Legislativa.

53. A taxa de execução relativa às “Outras despesas correntes”, em 2013, foi de 49%, facto que se deveu ao adiamento da aquisição de veículos prevista para aquele ano. Alguns Deputados questionaram os representantes da DSPA sobre as razões para o atraso da referida aquisição e sobre o tipo de veículos que a DSPA pretende adquirir. Os representantes da DSPA indicaram que o tipo de veículos que pretende adquirir é



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

especial, uma vez que são veículos que serão utilizados nas obras de construção de aterros feitos com materiais de construção reciclados, bem como veículos eléctricos, cujas características específicas diferem das dos veículos comuns. Estes representantes afirmaram, ainda, que vai ser feita uma avaliação quanto aos já referidos atrasos, na aquisição de veículos e na realização de obras, para que, no futuro, as verbas orçamentadas para tais aquisições e obras sejam utilizadas no devido ano.

54. Alguns Deputados pediram, ainda, esclarecimentos junto dos representantes da DSPA no que se refere ao ponto de situação das obras acima mencionadas e se o pessoal afecto às mesmas é suficiente. Para além disso, levantaram questões quanto ao que está previsto em termos da futura contratação de pessoal. O Governo afirmou que vai ser pragmático, tendo realçado que os trabalhos da DSPA abrangem várias áreas. Dito isto, foi também indicado que a contratação de pessoal tem como objectivo principal fazer face aos trabalhos de acompanhamento da aplicação das leis e de reordenamento ambiental. Quanto às obras - especialmente de engenharia civil e engenharia mecânica-, foi sublinhado que a maximização de recursos tem vindo a ser concretizada através do diálogo e cooperação com os serviços com competências na área das obras públicas.

55. Ademais, segundo a explicação dos representantes da DSPA, após a conclusão das obras acima mencionadas, o mais importante será assegurar o funcionamento das instalações. Assim sendo, a DSPA concentrar-se-á sobretudo na contratação de pessoal da área de protecção ambiental, sendo de notar que, presentemente, a maior parte do pessoal técnico é já desta área. Os representantes da DSPA afirmaram, ainda, que, quando estão em causa obras de pouca complexidade, estas são executadas pelos seus próprios trabalhadores. É o caso, a título de exemplo, da modernização da antiga central



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de incineração: esta obra só implica trabalhos ao nível da incineração, mas não de engenharia civil. Já quando estão em causa projectos mais complexos - tal como, a construção da primeira Estação de Águas Recicladas da Região Administrativa Especial de Macau, cujas obras implicam trabalhos nas áreas de engenharia civil, mecânica, e electromecânica, entre outras -, a DSPA recorre ao apoio dos serviços com competências na área das obras públicas, dialogando e cooperando com estes, por forma a concretizar as exigências do Governo no que respeita à simplificação da estrutura administrativa.

56. Adicionalmente, foi afirmado que a DSPA vai preparar trabalhos de natureza legislativa, prevendo-se que, nos próximos dois ou três anos, a realização de consultas públicas relativas à elaboração de um conjunto de leis específicas que não existem actualmente. É o caso, nomeadamente, da legislação sobre o problema da poluição atmosférica, sobre o pagamento de uma taxa sobre a utilização de sacos de plástico e de resíduos de materiais de construção; além disso será desenvolvida uma avaliação ambiental. Assim sendo, durante os próximos dois ou três anos, vão ser realizados múltiplos trabalhos de natureza legislativa em matéria de protecção ambiental.

57. A DSPA indicou ter, ainda, a responsabilidade de desenvolver os trabalhos posteriores à elaboração da legislação acima referida, nomeadamente no que se refere à respectiva aplicação, tratando-se de uma responsabilidade à qual não se pode esquivar. Coteje-se, por exemplo, o documento apresentado no processo de consulta pública, actualmente em curso, sobre as “Normas para controlo de emissão de fumos oleosos em estabelecimentos de restauração e bebidas e melhoramento do regime de fiscalização”, no qual é proposto que seja a DSPA a entidade competente para a aplicação destas normas. Logo, é difícil garantir que, no futuro, não haja lugar à contratação de mais pessoal; de qualquer

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large 'N' and several illegible signatures.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

modo, esta será feita de acordo com o princípio da “*simplificação da estrutura administrativa*”.

58. Alguns Deputados questionaram ainda os representantes da DSPA sobre os trabalhos de protecção ambiental a desenvolver junto das escolas. Segundo os representantes do Governo, na parte relativa às transferências correntes do orçamento, a DSPA vai conceder apoio financeiro às escolas e associações que realizem actividades de protecção ambiental; tendo esclarecido que, para apoiar os planos de incentivos e prémios neste contexto, recorrer-se à rubrica de transferências correntes da classificação económica. A DSPA vai ainda, este ano, lançar programas para premiar os docentes e alunos que contribuam para o desenvolvimento da protecção ambiental. Finalmente, e além disso, foi indicado que, na sociedade, existem fundos e serviços que concedem diversos tipos de apoio financeiro especial às escolas que desenvolvem trabalhos de protecção ambiental.

2. Acompanhamento da questão da contratação de pessoal no ano económico de 2015

(1) Apresentação e esclarecimentos dos Serviços de Saúde

59. Em 2015, os Serviços de Saúde vão proceder ao recrutamento de 529 trabalhadores. Este número inclui 98 trabalhadores cuja contratação foi já autorizada em 2013 (sendo que, contudo, o respectivo processo de contratação só foi desencadeado em 2014, tendo-se prolongado até ao corrente ano) e 104 trabalhadores para substituírem aqueles que cessaram funções em 2014. Portanto, em 2015, na prática, vão ser apenas recrutados 327 trabalhadores (*vide Anexo VII*¹⁵).

¹⁵ Anexo VII – documento facultado à Comissão pelos Serviços de Saúde, contendo dados sobre a questão da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

60. De entre os acima referidos 529 trabalhadores a contratar, 386 (73%) são, essencialmente, profissionais da área da saúde, especialmente pelas razões em baixo indicadas, conforme o tipo de trabalho:

61. Oito médicos especialistas com funções de orientação clínica, para elevar o nível técnico especializado dos cuidados de saúde prestados, a fim de reduzir o tempo de espera dos Serviços de Consulta Externa. Havendo um grande número de médicos estagiários em serviço no hospital público e nos centros de saúde, há necessidade de ter médicos especialistas que levem a cabo a orientação daqueles.

62. Dezoito médicos de clínica geral, 124 enfermeiros e 54 auxiliares de serviços de saúde, de modo a satisfazer as necessidades resultantes dos novos serviços criados - tais como: o serviço de Urgência 24 horas, a Unidade de Internamento da Psiquiatria Geriátrica, os Serviços 24 horas do Posto de Saúde Provisório de Seak Pai Van, o Centro de Saúde do Lago da Taipa, o Centro de Prevenção e Tratamento da Tuberculose, a Secção de Esterilização e o Serviço de Cirurgia Geral -, e do aumento do número de camas do Serviço de Urgência e da Unidade Associada de Medicina Interna e Cirurgia (43) e da Unidade Associada Comunitária (12).

63. Com o aumento acima referido do número de camas, em serviços que têm de ser assegurados por 24 horas, e tendo em atenção o limite máximo das horas de serviço por semana estabelecido para os trabalhadores da Função Pública, bem como o respectivo regime de licenças, férias, faltas e formação, têm, na prática, de ser afectados para cada posto de trabalho 7,5 trabalhadores.

64. Dez técnicos superiores de saúde, com vista ao reforço dos serviços de terapia

contratação de pessoal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ocupacional e de terapia da fala, à monitorização da medição do ar nos casinos e análise dos respectivos dados, à divulgação de hábitos de alimentação saudável e à promoção da prevenção e tratamento das doenças crónicas; bem como para efectuar a gestão da segurança alimentar na Secção de Alimentação e Dietética do hospital público.

65. Vinte e sete técnicos de diagnóstico e terapêutica, para melhorar os serviços de dispensa de medicamentos após o alargamento do horário de funcionamento do Posto de Urgência das Ilhas e dos Centros de Saúde, bem como para realizar testes de audição a todos os recém-nascidos de Macau e monitorizar a medição do ar nos casinos.

66. Oitenta e seis trabalhadores que não são profissionais da área da saúde, para prestarem o apoio administrativo necessário decorrente do alargamento de serviços existentes ou da criação de novos serviços.

Opiniões dos Deputados:

67. Alguns Deputados pediram esclarecimentos junto dos representantes dos Serviços de Saúde sobre onde serão recrutados os já referidos 529 trabalhadores- sejam os que são profissionais da área da saúde, sejam os que não o são -, nomeadamente, se serão contratados trabalhadores não residentes.

68. Os representantes dos Serviços de Saúde esclareceram que, para uma cabal resposta, é necessário analisar carreira por carreira. Assim, no caso dos médicos especialistas, serão pessoas formadas localmente e pessoas contratadas no exterior; no caso dos médicos de clínica geral, serão aqueles que concluíram o internato geral; no caso dos enfermeiros, serão os que concluíram o curso de enfermagem em qualquer das duas escolas de enfermagem de Macau e, eventualmente, também os que já trabalham noutros



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

hospitais e instituições de prestação de cuidados de saúde; no caso dos técnicos superiores de saúde e dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, serão pessoas que concluíram os respectivos cursos no exterior.

69. Ainda neste contexto, foi indicado que, de um modo geral, é mais difícil recrutar enfermeiros e enfermeiros-auxiliares, sendo que os representantes dos Serviços de Saúde informaram, de forma franca, que, segundo a experiência, serão as instituições privadas que prestam de cuidados de saúde que mais vão sofrer com a contratação de enfermeiros por parte do Governo.

(2) Apresentação e esclarecimentos da Direcção dos Serviços das Forças de
Segurança

70. A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança (doravante “DSFS”) prevê recrutar, em 2015, 501 trabalhadores; destes, 415 são pessoal militarizado e 86 pessoal administrativo. De entre o pessoal militarizado, cerca de 400 são polícias ou bombeiros.

71. Os representantes da DSFS explicaram que a contratação de um elevado número de trabalhadores se deve à necessidade de enfrentar as exigências fruto da conclusão e entrada em funcionamento de diversas instalações, designadamente: o parque industrial transfronteiriço (que funciona 24 horas por dia), o posto fronteiriço da Ilha de Hengqin (que funciona ininterruptamente), o posto fronteiriço de Cheng Mao¹⁶, o Terminal Marítimo de Pac On e o posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Assim, e por forma a dar resposta ao grande volume de trabalho que se avizinha, nos próximos um a dois anos, quer ao nível policial, quer ao nível migratório, a DSFS ver-se-á obrigada

¹⁶ Vulgarmente designado por “novo acesso entre Guangdong e Macau”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a recrutar continuamente pessoal de base, para evitar que a acumulação de trabalho afecte os serviços a prestar aos residentes.

72. Além disso, se bem que o número indique que vai haver um aumento de 415 elementos militarizados, a DSFS indicou que importa não esquecer que, até 31 de Dezembro de 2015, um total de 316 elementos¹⁷ vai perfazer 36 anos de serviço (com relevância para efeitos de aposentação).

73. Em termos do pessoal civil, dos 86 elementos que vão ser necessários para prestarem apoio administrativo nos novos postos fronteiriços acima referidos e nas outras instalações que vão entrar (muito em breve) em funcionamento, 52 vão ser contratados através do recrutamento centralizado, aberto no ano transacto.

(3) Apresentação e esclarecimentos do Instituto Cultural

74. Os representantes do Instituto Cultural explicaram que o recrutamento de mais pessoal, em 2015, se deve principalmente a três factores:

75. Em primeiro lugar, com a integração de atribuições e competências do IACM, o Instituto Cultural irá assumir a organização de todas as actividades culturais e animação urbana, a saber: exposições do espólio do Museu do Palácio Imperial, educação artística, actividades por ocasião do Dia do Trabalhador, Festa da Lusofonia, Dia da Implantação da República Popular da China, Festa do Bolo Lunar, contagem decrescente para o ano novo, entre outras. Além disso, o Instituto Cultural terá de desenvolver, além dos equipamentos já existentes, as redes de bibliotecas públicas, museus e salas de exposições por toda a cidade.

¹⁷ Destes, 294 são polícias e 22 são bombeiros.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

76. Como o pessoal do IACM apenas presta serviços directos ao público, o Instituto Cultural terá de assegurar o apoio logístico nas áreas da informática, telecomunicações, manutenção das instalações, promoção e assuntos jurídicos; sendo, pois, necessária a afectação de mais pessoal.

77. Em segundo lugar, no âmbito dos projectos de iniciativa própria do Instituto Cultural, e de modo a alcançar o objectivo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e de Lazer, este instituto empenhar-se-á em desenvolver trabalhos e actividades culturais, tais como: o restauro, a revitalização e a divulgação do Património Mundial; a publicação e exposição dos resultados dos estudos culturais e artísticos; o desenvolvimento de hábitos de leitura. Assim, lançar-se-ão, em 2015, os seguintes projectos: actividades integrantes e publicações do 10.º aniversário da inscrição do Centro Histórico de Macau na Lista do Património Mundial; elaboração do plano de salvaguarda e gestão do Centro Histórico de Macau; abertura do procedimento de classificação do primeiro lote de imóveis de interesse cultural, entre outros.

78. Em terceiro lugar, desenvolver-se-á uma promoção intensa do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, bem como da formação dos criativos, a fim de promover o desenvolvimento diversificado da economia de Macau.

79. Em complemento, no contexto da análise da questão do recrutamento de trabalhadores (*vide* Anexo VI¹⁸), o Instituto Cultural indicou que, em 2012, propôs a contratação de trabalhadores através do recrutamento centralizado; tendo sido autorizado, de 2012 a 2014, um total de 93 vagas. Só que, até finais de 2013, nenhuma das vagas tinha sido preenchida e apenas três delas o foram até finais de 2014. Em 2015, está autorizada

¹⁸ Anexo VI – documento facultado à Comissão pelo Instituto Cultural, contendo dados sobre a questão da contratação de pessoal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a contratação de 105 trabalhadores através do recrutamento centralizado. Embora ainda não haja dados disponíveis sobre o número de pessoas que vão preencher as vagas, o Instituto Cultural indicou prever que, mais uma vez, no corrente ano, estas não vão ser todas preenchidas.

80. De entre os 184 novos trabalhadores a contratar (*vide* Anexo VI¹⁹), 54 já foram recrutados, em 2014, através de concurso próprio, sendo que, no entanto, só foram efectivamente admitidos em 2015. O processo de recrutamento que vai arrancar em 2015 visa apenas a contratação de 22 trabalhadores.

81. O Instituto Cultural salientou ainda que, apesar da admissão de mais 54 trabalhadores para o quadro, este instituto depara-se, ainda, com problemas relacionados com a saída de pessoal. Assim, neste contexto, foi indicado que saíram 21 trabalhadores da área administrativa (que passaram a trabalhar noutros serviços e instituições públicos), 3 motoristas (que, ou cessaram funções, ou faleceram), 2 auxiliares (que se aposentaram), e 7 professores (que cessaram funções). Por isso, o acréscimo efectivo de trabalhadores não é, na realidade, significativo.

82. Por outro lado, em complemento, o Instituto Cultural afirmou que, na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 11/2013 - Lei de Salvaguarda do Património Cultural -, e para reforçar a defesa deste património, promoveu, em 2014, um concurso para o preenchimento de cinco vagas de técnico: dois, para a área de restauro de património, um, para a área de engenharia civil, e dois, para a área de arquitectura. Além disso, o Instituto Cultural indicou que vai ainda admitir, em 2015, mais um técnico para a área de arquitectura.

¹⁹ *Idem.*



[Handwritten marks and signatures on the right margin]

Opiniões dos Deputados:

83. Na apreciação da questão relativa ao aumento do número de trabalhadores, alguns Deputados propuseram que o Governo apresente, não só o número de contratações, mas também outros dados relacionados com estas, nomeadamente: o número de trabalhadores que se aposentaram (ou que se vão aposentar) e dos trabalhadores que cessaram (ou que vão cessar) funções; pois só assim é que a Assembleia Legislativa pode ter uma visão global no que se refere à questão do recrutamento de pessoal pelos serviços públicos. Neste contexto, os Deputados realçaram que só conseguem inteirar-se efectivamente da situação relativa ao aumento de trabalhadores quando dominam todos estes dados, cruciais para os trabalhos de análise da Comissão. A par disto, dados objectivos e científicos contribuem para explicar os encargos financeiros, derivados do referido aumento de trabalhadores em cada serviço público.

84. Alguns Deputados entendem que, apesar de se falar na necessidade da racionalização dos quadros, da estrutura administrativa (de modo a evitar sobreposição de competências), bem como da resolução da baixa eficiência administrativa, alguns serviços públicos recrutam cada vez mais pessoal. Tomando como exemplo o caso do Instituto Cultural, foi sublinhado que, depois de absorver 257 trabalhadores da linha de frente do IACM, este instituto pretende ainda recrutar, por si, um número significativo de trabalhadores para apoio logístico. Assim, o Instituto Cultural não só não consegue atingir o objectivo de racionalização de quadros, como, pelo contrário, tem de recrutar mais pessoal para apoio logístico, com vista à elevação da eficácia administrativa.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

85. Por outras palavras, se se olhar isoladamente para Instituto Cultural, parece que se verifica um aumento contínuo do número de trabalhadores, o que viola o princípio da “*simplificação da estrutura administrativa*” do Governo. Os Deputados entendem na análise da situação do Instituto Cultural deve atender-se aos dados de outras entidades; neste caso, do IACM. Por outras palavras, os Deputados consideram que, neste contexto, o Governo deve indicar, por exemplo, os efeitos positivos da actual reestruturação da máquina administrativa do IACM - qual a redução dos trabalhadores neste instituto e das suas despesas (como seja, com instalações), entre outros. Se, diferentemente, com a referida reestruturação do IACM, não se registar uma redução do respectivo pessoal, e, simultaneamente, o Instituto Cultural continuar a contratar trabalhadores - depois de, como já referido, ter integrado mais de 200 vindos do IACM -, então, isto quer dizer que o empolamento da máquina administrativa vai certamente continuar, não havendo lugar à desejada redução da mesma.

86. Desta forma, os Deputados reiteraram a necessidade do Governo facultar mais informações e explicar os seus planos para a reestruturação da máquina administrativa, de modo a elucidar a Comissão quanto ao modo como pretende atingir o objectivo da racionalização de quadros.

3. Acompanhamento da revisão da Lei do enquadramento orçamental e do regime jurídico de aquisição de bens e serviços pelo Governo

87. O Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro (Lei de Enquadramento



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Orçamental) e o regime jurídico de aquisição de bens e serviços pelo Governo²⁰ constituem o quadro legislativo base em vigor no que se refere ao sistema de despesas públicas do Governo, pelo que a sua revisão desperta a especial atenção da Comissão.

88. A Comissão recordou o Governo que, em finais do ano passado, o ex-Secretário para a Economia e Finanças indicou que o Executivo iria apresentar a proposta de lei sobre a revisão do Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro; que, no início do corrente ano, a mesma seria colocada em consulta pública e, de seguida, arrancaria o processo legislativo. Além disso, a Comissão sublinhou que o Governo anterior reconheceu a necessidade de rever o o regime jurídico de aquisição de bens e serviços pelo Governo. A Comissão espera, assim, que o actual Governo honre estes compromissos.

89. Em resposta, o Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac, afirmou que vai de imediato acompanhar estes trabalhos, mas que, até à data, não existe qualquer calendarização a este respeito.

90. Alguns Deputados chamaram ainda a atenção do Governo para a necessidade da criação de um mecanismo de fiscalização que permita a intervenção da Assembleia Legislativa nos casos relacionados, nomeadamente, com o aumento de despesas ou com o aumento do número dos trabalhadores nos serviços públicos ou o alargamento dos seus quadros - questões de especial importância e interesse para a sociedade. Simultaneamente, o Governo pode, através de um tal mecanismo, apresentar (de forma atempada e pública) as justificações a respeito destes aspectos junto da população.

²⁰ O regime jurídico de aquisição de bens e serviços pelo Governo é composto essencialmente por três diplomas: o Decreto-Lei n.º 122/84/M, de 15 de Dezembro, o Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho e o Decreto-Lei n.º 74/99/M, de 4 de Novembro.



I
28
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

IV – OPINIÕES E RECOMENDAÇÕES

Na esperança de poder contribuir para o elevar da eficiência dos trabalhos do Governo, e no âmbito das matérias discutidas nestas reuniões, a Comissão:

1. Face ao aumento das solicitações dos residentes e à complexidade e pluralidade das questões sociais, compreende que há alguma razoabilidade no aumento do número de serviços públicos, bem como dos respectivos quadros de pessoal. A Comissão, contudo, recorda o Governo que, quando são criados serviços públicos ou quando se recrutam mais trabalhadores, há que considerar, com atenção redobrada, formas para elevar a eficiência da Administração Pública, bem como as pressões que, a longo prazo, poderão registar-se para o erário público, em termos de encargos financeiros;

2. Espera que o Governo dê seguimento, o quanto antes, aos trabalhos de revisão relativos ao Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro e ao regime jurídico de aquisição de bens e serviços pelo Governo, já que entende que as questões levantadas ao longo da reunião estão intimamente relacionadas com estes diplomas;

3. Sugere, ainda, que o Governo proceda a uma análise e estudo sobre a viabilidade da instituição de um fundo de investimento.

Aos 12 de Agosto de 2015.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

A Comissão,

Mak Soi Kun

(Presidente)

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a checkmark and several initials.

唐曉晴
Tong Io Cheng

(Secretário)

Fong Chi Keong

Fong Chi Keong

Chui San Cheong

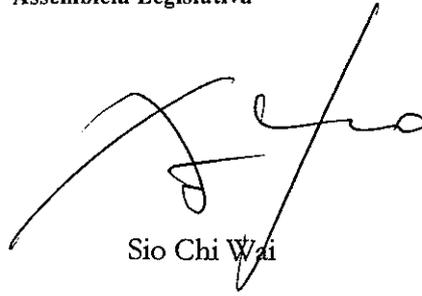
吳國昌

Ng Kuok Cheong

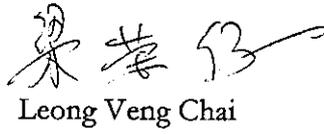
Chan Chak Mo



澳門特別行政區立法會
 Região Administrativa Especial de Macau
 Assembleia Legislativa



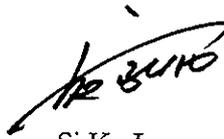
Sio Chi Wai



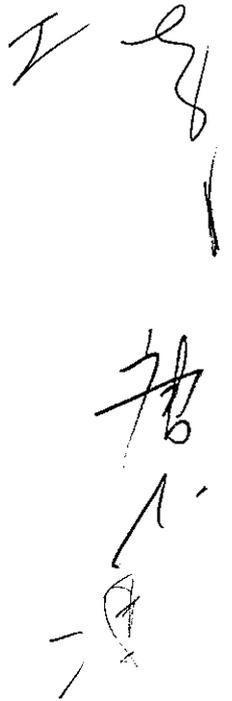
Leong Veng Chai



Chan Hong



Si Ka Lon





澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Anexo I



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

科學技術發展基金 FDCT

2013年開支 (Despesas em 2013)

經濟分類 Classificação económica	開支項目 Designação da Despesa	預算開支 Despesa Orçamental (1)	累計已結算開支 Despesas Liquidadas Acumuladas(2)	執行程度 Grau Execução Orçamental(2)/ (1)	運作津貼執行率 Execução de Despesas de Funcionamento*
01-00-00-00-00	人員 PESSOAL	18,989,500.00	15,979,143.60	84.15%	
02-00-00-00-00	資產及勞務 BENS E SERVIÇOS	17,390,000.00	9,588,890.01	55.14%	
04-00-00-00-00	經常轉移 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	154,841,800.00	99,260,152.81	64.10%	
05-00-00-00-00	其他經常開支 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111,315,055.48	1,513,751.20	1.36%	
07-00-00-00-00	投資 INVESTIMENTOS	800,000.00	531,708.20	66.46%	
總額 TOTAL		303,336,355.48	126,873,645.82	41.83%	

*已扣除『05-04-00-00-90備用撥款』MOP109,195,055.48 • Desconto de dotação provisional MOP109,195,055.48.

預計2014年執行率 Projecto de Execução em 2014

經濟分類 Classificação económica	開支項目 Designação da Despesa	預算開支 Despesa Orçamental (1)	累計已結算開支 Despesas Liquidadas Acumuladas(2)	執行程度 Grau Execução Orçamental(2)/ (1)	運作津貼執行率 Execução de Despesas de Funcionamento*
01-00-00-00-00	人員 PESSOAL	22,514,500.00	19,496,483.10	86.60%	
02-00-00-00-00	資產及勞務 BENS E SERVIÇOS	15,313,500.00	12,629,584.41	82.47%	
04-00-00-00-00	經常轉移 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	217,943,800.00	172,500,000.00	79.15%	
05-00-00-00-00	其他經常開支 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	232,560,259.55	1,771,733.40	0.76%	
07-00-00-00-00	投資 INVESTIMENTOS	800,000.00	592,899.00	74.11%	
總額 TOTAL		489,132,059.55	206,990,699.91	42.32%	

*已扣除『05-04-00-00-90備用撥款』MOP230,240,259.55 • Desconto de dotação provisional MOP230,240,259.55.

2015年預算 Orçamento 2015

經濟分類 Classificação económica	開支項目 Designação da Despesa	預算開支 Despesa Orçamental (1)
01-00-00-00-00	人員 PESSOAL	23,272,700.00
02-00-00-00-00	資產及勞務 BENS E SERVIÇOS	14,922,000.00
04-00-00-00-00	經常轉移 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	294,763,700.00
05-00-00-00-00	其他經常開支 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87,588,300.00
07-00-00-00-00	投資 INVESTIMENTOS	350,000.00
總額 TOTAL		420,896,700.00



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and a signature with initials at the bottom.

Anexo II



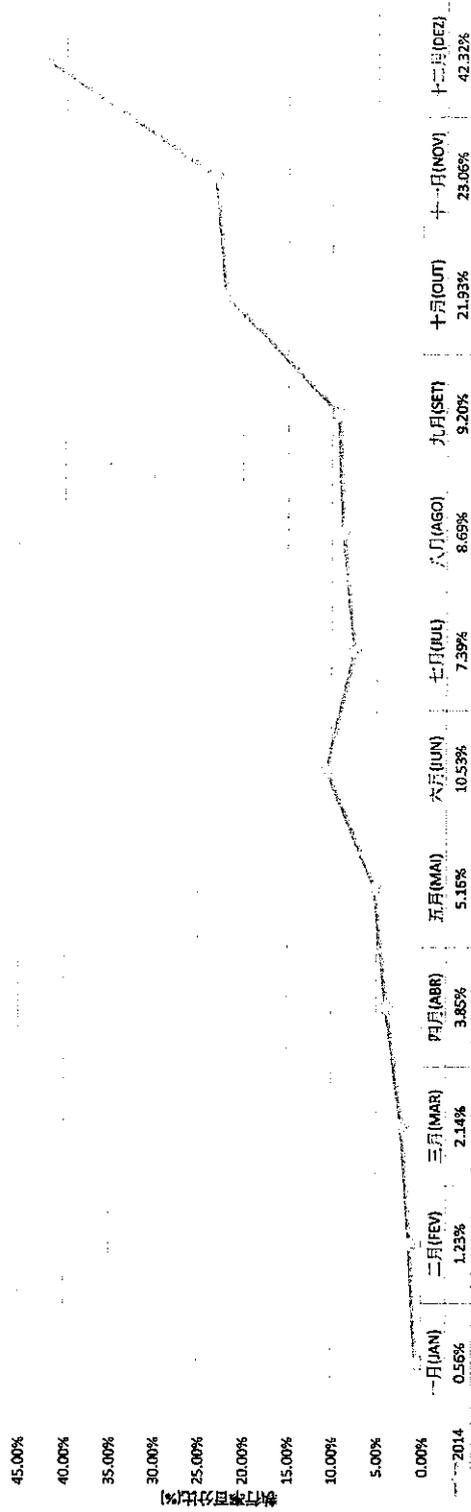
澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

2014年每月總體執行率 (Taxa de Execução Mensal) (一)

2014	一月(JAN)	二月(FEB)	三月(MAR)	四月(ABR)	五月(MAJ)	六月(JUN)	七月(JUL)	八月(AGO)	九月(SET)	十月(OUT)	十一月(NOV)	十二月(DEZ)	全年(Anual)
	0.56%	1.23%	2.14%	3.85%	5.16%	10.53%	7.39%	8.69%	9.20%	21.93%	23.06%	42.32%	42.32%

科學技術發展基金(FDCT)
每月總體執行率 (Taxa de Execução por mês)



小預計數，僅供參考。(Orçamental, para referência.)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

Anexo III



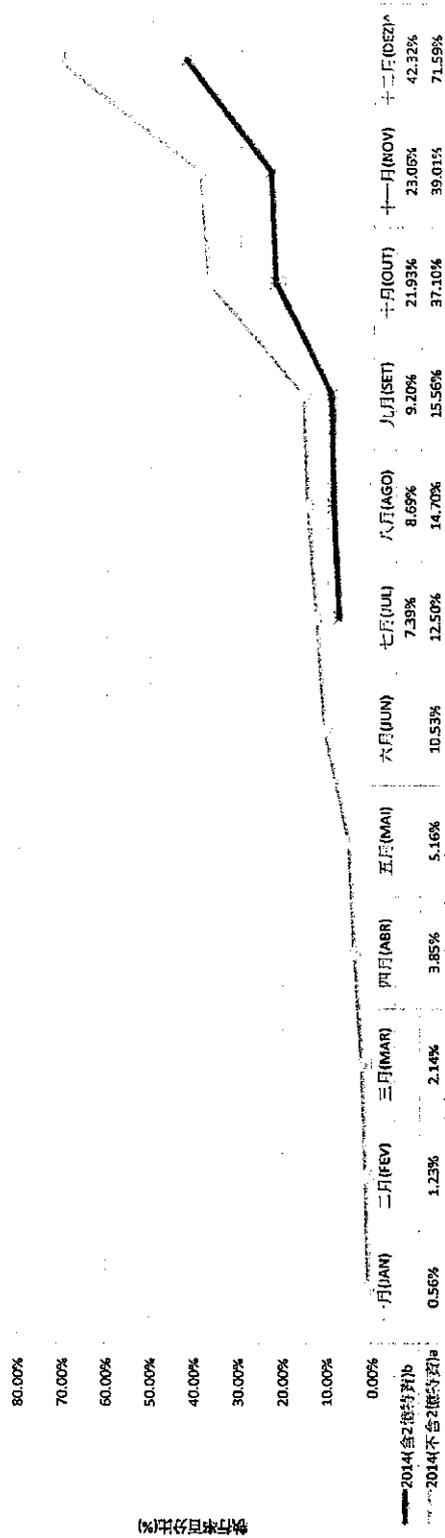
澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2014年每月總體執行率 (Taxa de Execução Mensal) (二)

	一月(JAN)	二月(FEB)	三月(MAR)	四月(ABR)	五月(MAJ)	六月(JUN)	七月(JUL)	八月(AGO)	九月(SET)	十月(OCT)	十一月(NOV)	十二月(DEZ)	全年(Anual)
2014(不含2億特資)	0.56%	1.23%	2.14%	3.85%	5.16%	10.53%	12.50%	14.70%	15.56%	37.10%	39.01%	71.59%	71.59%
2014(含2億特資)						7.39%	8.69%	9.20%	21.93%	23.06%	39.01%	42.32%	42.32%

▲ 預計數，僅供參考。(Orçamental, para referência.)

科學技術發展基金(FDCT)
每月總體執行率(Taxa de Execução por mês)



- a. Excluindo 200 milhões de patacas para o apoio financeiro concedido gratuitamente.
- b. Contendo 200 milhões de patacas para o apoio financeiro concedido gratuitamente.

1/12/15

Handwritten signatures and initials in the right margin.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signatures and initials in black ink, including the Chinese character '李' (Li) at the top, followed by several stylized signatures and initials.

Anexo IV



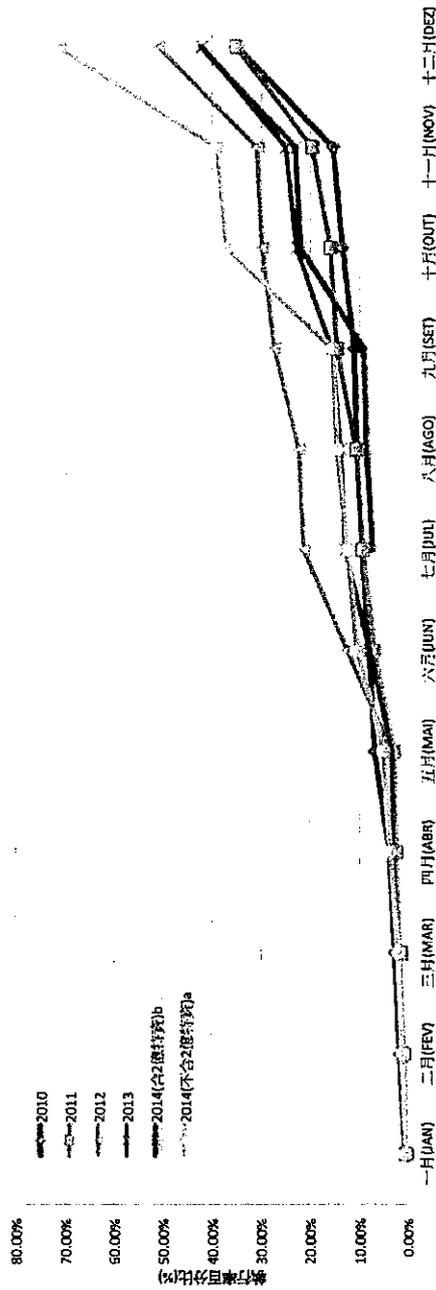
澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2010年至2014年每月總體執行率 (Taxa de Execução Mensal, 2010-2014)

	一月(JAN)	二月(FEV)	三月(MAR)	四月(ABR)	五月(MAD)	六月(JUN)	七月(JUL)	八月(AGO)	九月(SET)	十月(OUT)	十一月(NOV)	十二月(DEZ)	全年
2010	0.63%	1.81%	2.86%	3.95%	6.98%	8.16%	9.52%	10.61%	11.18%	13.50%	15.48%	34.88%	34.88%
2011	0.42%	0.88%	1.79%	2.45%	2.92%	7.02%	9.39%	10.70%	14.62%	15.92%	19.55%	35.10%	35.10%
2012	0.45%	1.07%	1.94%	2.94%	3.55%	12.49%	21.24%	22.31%	27.32%	29.77%	30.86%	50.93%	50.93%
2013	0.50%	1.39%	2.26%	3.01%	3.31%	7.97%	12.95%	13.84%	15.66%	22.77%	25.06%	41.83%	41.83%
2014(不含2個特許 ^a)	0.56%	1.23%	2.14%	3.85%	5.16%	10.53%	12.50% [*]	14.70%	15.56%	37.10%	39.01%	71.59% [^]	71.59% [^]
2014(含2個特許 ^b)							7.39% [*]	8.69%	9.20%	21.93%	23.06%	42.32% [^]	42.32% [^]

[^]預計數，僅供參考。(Orçamental, para referência.)

科學技術發展基金(FDCT)
每月總體執行率(Taxa de Execução por mês)



a. Excluindo 200 milhões de patentes para o apoio financeiro concedido gratuitamente.
b. Contendo 200 milhões de patentes para o apoio financeiro concedido gratuitamente.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature that appears to be 'Law' (律) and other initials.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

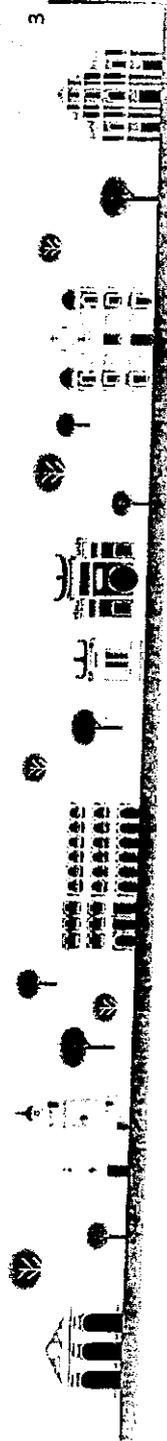
Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature at the top, followed by several smaller initials and a signature at the bottom right.

Anexo V



Orçamento e taxa de execução após dedução da verba cativa para o pessoal a recrutar através do concurso centralizado

Ano	Orçamento autorizado	Verba cativa para o pessoal a recrutar através do concurso centralizado	=	Orçamento efectivo após dedução da verba cativa para o pessoal a recrutar através do concurso centralizado	Despesas	Taxa efectiva de execução
	(1)	(2)	=	(3) = (1)-(2)	(4)	(4)/(3)
2013	336 090 700,00	21 320 178,00	=	314 770 522,00	235 741 116,20	74,89%
2014	344 607 000,00	21 513 193,34	=	323 093 806,66	287 658 009,14	89,03%



Handwritten signatures and initials in the right margin.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signatures and initials in black ink, arranged vertically on the right side of the page.

Anexo VI



A falta de recursos humanos tem sido uma grande limitação para o IC na promoção cultural, por exemplo, a Biblioteca da Taipa (com uma área de 20000 pés quadrados) não pode entrar em funcionamento justamente por falta de trabalhadores.

Situação de recrutamento de pessoas do IC em 2014 e 2015

Ano	260	430	Vagas a preencher	Vagas preenchidas
Número acumulado de pessoas a recrutar autorizado para 2012 a 2014	85	8	93	3

Vagas: 3

Número de pessoas a recrutar por concurso centralizado em 2015:

Ano	260	430	Vagas a preencher	Vagas preenchidas
Número acumulado de pessoas a recrutar autorizado para 2015	88	17	105	?

Vagas: 105

Número de pessoas a recrutar directamente pelo IC em 2015:

Ano	350	Motorista	Professor	Total
Concurso aberto em 2014, com o preenchimento de vagas em 2015	48	6	0	54
Concurso aberto em 2015	15	0	7	22

Vagas: 76

Total: 184



14

[Handwritten signatures and notes]



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

Anexo VII



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature at the top and several initials and marks below.

Grupo Pessoal	Categorias e Carreiras	Nova contratação			Substituição (D)	Total =(A)+(B) +(C)+(D)	Porcentagem
		N.º de trabalhadores autorizado em 2013		N.º de trabalhadores em serviço para 2015 (C)			
		Concurso em processamento (A)	Concurso a iniciar em breve (B)				
Profissionais de Saúde	Médico Especialista	4	0	8	2	14	73%
	Médico Geral	0	0	18	0	18	
	Farmacêutico	0	26	0	2	28	
	Técnico Superior de Saúde	34	0	10	1	45	
	Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	11	0	27	5	43	
	Enfermeiro	0	0	124	37	161	
	Auxiliar de Serviços de Saúde	0	0	54	23	77	
Subtotal		49	26	241	70	386	
Outros Profissionais	Intérprete-tradutor	0	0	2	0	2	27%
	Letrado	0	0	0	1	1	
	Técnico	11	0	39	2	52	
	Agente Sanitário	10	0	0	1	11	
	Assistente Técnico Administrativo	0	0	9	9	18	
	Fotógrafo e Operador de Meios Audiovisuais	0	0	0	1	1	
	Auxiliar de Serviços Gerais	0	0	28	0	28	
	Motorista de Pesados	0	0	3	0	3	
	Motorista de Ligeiros	0	0	3	0	3	
	Operário Qualificado	0	0	2	16	18	
	Auxiliar	2	0	0	4	6	
Subtotal		23	0	86	34	143	
Subtotal		72	26				
Total Geral		98		327	104	529	100%